

LEI Nº2430, DE 20 DE JULHO DE 1.998.

**DISPÕE SOBRE O ESTATUTO E O PLANO DE  
CARGOS E VENCIMENTOS DO MAGISTÉRIO  
PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE LAVRAS E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O povo do Município de Lavras, por seus representantes decretou e eu, com a graça de Deus, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º - O Estatuto e o Plano de Cargos e Vencimentos do Magistério Público do Município de Lavras, passam a vigorar, na sua integralidade, com as disposições contidas nesta lei.

**TÍTULO I**

**ESTATUTO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE LAVRAS**

**CAPÍTULO I**

**DOS OBJETIVOS DO ESTATUTO**

Art. 2º - O presente Estatuto dispõe sobre o Magistério Público do Município de Lavras, com os seguinte objetivos:

I - A permanente valorização do pessoal do Magistério Público Municipal, assegurando ao Professor e ao Especialista em Educação, remuneração condizente com seu nível de formação acadêmica;

II - Garantir a carreira do professor e do especialista em educação de acordo com o crescente aperfeiçoamento profissional e tempo de serviço, dependente da atividade, área de estudo, disciplina ou grau de ensino em que atuem.

Art. 3º - Para os efeitos desta lei considera-se:

I - SISTEMA: Conjunto dos órgãos e entidades que integram a Rede Municipal de Ensino e Educação formal e não formal;

II - UNIDADE ESCOLAR: Órgão da Secretaria Municipal de Capacitação e Valorização Humana que atende a educandos na faixa de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Especial e Suplência;



III - TURNO: Período correspondente a cada uma das divisões de horário diário de funcionamento da UNIDADE ESCOLAR.

IV - TURMA: Conjunto de alunos matriculados em uma série ou classe escolar.

## CAPÍTULO II

### DO MAGISTÉRIO COMO PROFISSÃO

Art. 4º - O exercício do Magistério inspirado nos direitos fundamentais da pessoa humana, tem em vista a promoção dos seguinte valores:

I - Amor, respeito e liberdade;

II - Crença no poder da educação como instrumento para formação integral do ser humano;

III - Reconhecimento da importância do significado social e econômico da educação para o desenvolvimento do cidadão e do País;

IV - Participação da vida nacional mediante o cumprimento dos deveres profissionais;

V - Constante auto - aperfeiçoamento como forma de realização pessoal e de serviço ao próximo;

VI - Empenho pessoal em todos os planos de ação que visem o desenvolvimento do educando;

VII - Respeito à personalidade do educando;

VIII - Participação efetiva na vida da escola e zelo pelo aprimoramento da educação;

IX - Comprometimento para que a escola seja agente de integração e progresso comunitário;

X - Consciência cívica; respeito às tradições e ao patrimônio cultural do País, em especial do Município.

## CAPÍTULO III

### DEVERES, GARANTIAS E COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO QUANTO À EDUCAÇÃO

Art. 5º - Os deveres, garantias, competências do Município quanto à educação obedecerão ao previsto na Lei nº9.394/96 - Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional.

**TÍTULO II**  
**DA ESTRUTURA DO MAGISTÉRIO**  
**CAPÍTULO I**  
**DO QUADRO DO MAGISTÉRIO**

Art. 6º - Para efeito deste Estatuto, entende-se por:

I - **CARGO:** é a denominação específica, criado por lei, pago pelos cofres públicos municipais, cometido ao seu ocupante direitos, deveres, atribuições, responsabilidades, de acordo como grau de habilitação exigido e nível de preparo para o desempenho daquelas funções.

II - **CLASSE:** é o agrupamento de cargos que, por lei, tenha a mesma denominação e iguais responsabilidades, identificadas pela natureza de sua função;

III - **NÍVEL:** é a subdivisão de cargo dentro da mesma classe.

IV - **SÍMBOLO:** referência alfa numérica diferenciada para o Quadro Efetivo e Comissionado, que se dá a cada nível de vencimento.

V - **PROVIMENTO:** ato administrativo do Executivo pelo qual são preenchidos os cargos efetivos do magistério, por investidura ou promoção e do Quadro Comissionado por recrutamento amplo.

VI - **ENQUADRAMENTO:** ato do Executivo que enquadra o pessoal do Quadro do Magistério nos cargos e funções públicas.

Art. 7º - O Quadro do Magistério Público Municipal é constituído das seguintes classes:

I - Quadro Efetivo:

- CLASSE I - docentes - PI (Professor Inicial)

- CLASSE II - docentes - PII (Professor Médio)

- CLASSE III - especialistas - Supervisor Pedagógico  
Orientador Educacional

II - Quadro Comissionado:

- Administrativo - Diretor de Unidade Escolar

Vice Diretor de Unidade Escolar

Coordenador de Unidade Educacional

Coordenador de Ensino

Especialista em Educação



Art. 8º - A carreira do Magistério Público Municipal desenvolver-se-á por progressão de vencimentos horizontal e vertical em níveis.

Art. 9º - O Prefeito Municipal fixará através de Lei o quantitativo dos cargos prescritos, além do que é previsto nesta Lei.

## CAPÍTULO II

### DAS ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS

Art. 10 - Constituem atribuições específicas;

I - DO PROFESSOR: A regência efetiva de turma, condução do processo de ensino, elaboração de programas e planos, controle e avaliação da aprendizagem, participação em atividades e eventos pedagógicos extra-classe, pesquisa educacional e aprimoramento do processo ensino - aprendizagem, participação ativa na vida comunitária da Unidade Escolar;

II - DO SUPERVISOR PEDAGÓGICO: O Planejamento, acompanhamento e avaliação do processo didático, integrado à equipe de educadores em atividade na Unidade;

III - DO ORIENTADOR EDUCACIONAL: O conhecimento, aconselhamento e encaminhamento de alunos em sua formação geral, sondagem de aptidões e habilidades, transição escola x trabalho, apoio às famílias e assistência ao PROFESSOR nas suas necessidades docentes;

IV - DO DIRETOR DE UNIDADE ESCOLAR: Responsabilidade pela Unidade Escolar no nível administrativo, financeiro e pedagógico, representando a Escola dentro e fora da unidade;

V - DO VICE-DIRETOR: Auxiliar e cooperar com o Diretor no desenvolvimento de suas ações, substituindo-o em suas faltas ou impedimentos;

VI - DO COORDENADOR DE UNIDADE EDUCACIONAL: as mesmas atribuições do DIRETOR naquelas entidades que, por características próprias dispensarem o cargo de direção.

VII - DO SUPERINTENDENTE: Responsável em garantir o bom andamento do processo educacional em todo Sistema Municipal de ensino.

VIII - DO COORDENADOR DE ENSINO: Responsável por assegurar que os objetivos e propósitos da educação sejam alcançados ao nível de qualidade desejada;

IX - ESPECIALISTA DE EDUCAÇÃO: Dentro da Superintendência de Ensino, responsável pelo trabalho educacional em sua área de especialidade: Educação Infantil; Ensino básico de 1ª a 4ª série; Ensino complementar de 5ª a 8ª série; Educação não formal.

### TÍTULO III

#### DO REGIME FUNCIONAL

#### CAPÍTULO I

#### PROVIMENTO DE CARGOS

Art. 11 - A admissão ao Quadro do Magistério Público Municipal far-se-á mediante concurso público, obedecidas as exigências da legislação específica em vigor.

Art. 12 - O concurso previsto no artigo anterior realizar-se-á sempre que o número de efetivos for insuficiente para atender às necessidades do ensino.

§ 1º - O candidato aprovado em concurso público será nomeado pela Prefeitura Municipal, desde que haja vaga, obedecida a ordem de classificação.

§ 2º - O candidato que for convocado e não se apresentar no prazo de 48 horas, será conduzido à última colocação, podendo ser convocado apenas mais uma vez.

Art. 13 - O Edital do Concurso estabelecerá, entre outras, as seguintes normas:

- a) os programas de provas;
- b) a validade do concurso de acordo com a Lei Orgânica.

Art. 14 - As provas dos concursos versarão sobre as atribuições do cargo a ser preenchido.

Art. 15 - O conteúdo dos programas e das provas será elaborado por especialistas da área indicados pelo Secretário Municipal de Capacitação e Valorização Humana, a quem caberá também designar a Comissão responsável pela aplicação e correção das provas.

Art. 16 - O resultado do Concurso será homologado pelo Prefeito Municipal e divulgado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

Art. 17 - Decorrido o prazo máximo de validade do concurso estabelecido pelo Edital, o candidato aprovado perderá o direito à nomeação.

Art. 18 - A primeira nomeação em se tratando de admissão por concurso, terá caráter de estágio probatório pelo período de 03 (três) anos, durante os quais serão considerados os seguintes requisitos:

- I - Capacidade para exercício do cargo;
- II - Assiduidade e pontualidade;
- III - Aptidão e dedicação ao serviço;
- IV - Cumprimento dos deveres e obrigações, podendo ser cancelado, caso se comprove inadequação para a função.

§ 1º - A Secretaria Municipal de Capacitação e Valorização Humana, manterá atualizado um cadastro do pessoal do Quadro do Magistério Público Municipal que se encontrar em estágio probatório.

§ 2º - Quatro meses antes de encerrar o período de estágio probatório, a Secretaria designará uma Comissão formada por 03 (três) profissionais da Unidade Escolar, a qual pertence o servidor iniciante, e um da Secretaria Municipal de Capacitação e Valorização Humana, que deverão avaliar os requisitos enumerados neste artigo no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 3º - Se contrário à permanência do servidor em estágio probatório, será concedido, prazo improrrogável de 05 (cinco) dias, após a comunicação do resultado ao servidor em estágio probatório, para apresentação de sua defesa.

§ 4º - Se após a defesa for aconselhada a demissão do servidor em estágio probatório, o processo será remetido ao Secretário Municipal de Capacitação e Valorização Humana, para providências cabíveis.

Art. 19 - O ocupante do cargo do Quadro do Magistério Público Municipal, poderá ser dispensado a qualquer tempo se houver justa causa, conforme previsto no Estatuto do Servidor Público Municipal, Lei 1.920/92.

## CAPÍTULO II

### DO EXERCÍCIO

Art. 20 - A fixação do local onde o servidor exercerá as atribuições específicas de seu cargo será feita por ato de lotação.

Art. 21 - O ocupante do cargo do magistério deverá entrar em exercício após os atos de nomeação e posse, comuns e similares a todos os servidores públicos municipais.

Art. 22 - Dar-se-á a vinculação ao quadro do Magistério Público Municipal nas seguintes hipóteses:

- I - Lotação;
- II - Provimento em cargo em comissão dentro do Sistema;



### CAPÍTULO III

## DA MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL

### SEÇÃO I

#### DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 23 - A movimentação do pessoal do magistério é feita mediante remoção, lotação e autorização especial.

Art. 24 - Entende-se por:

I - Remoção - a determinação do deslocamento do professor de uma para outra escola;

II - Lotação - a indicação da escola para onde o ocupante do cargo de magistério deva ter exercício;

Parágrafo único - Quando se tratar de movimentação (remoção ou mudança de lotação) a pedido do servidor, o interessado deverá requerer à Secretaria Municipal de Capacitação e Valorização Humana, e a movimentação acontecerá, se houver vaga, seguindo a ordem de requerimento e sempre ao final do ano letivo.

Art. 25 - A mudança de lotação do integrante do Quadro do Magistério Público Municipal fica a critério do Secretário, respeitando o disposto neste Estatuto.

Art. 26 - A Lotação no Setor Pedagógico da SMCVH deverá ser de Especialista em Educação com as habilitações para o cargo, previstas no Anexo I desta Lei.

Art. 27 - Fica criada no âmbito da Secretaria Municipal de Capacitação e Valorização Humana a Superintendência do Ensino, responsável por garantir o bom andamento do processo educacional em todo Sistema Municipal de Ensino e assegurar que os objetivos e propósitos da educação sejam alcançados ao nível de qualidade desejada.

Parágrafo Único - Os membros desta Superintendência regidos pela presente Lei, serão obrigatoriamente especialista em educação, a fim de garantir o efetivo exercício das funções apropriadas ao setor de sua especialidade.

Art. 28 - A Movimentação do pessoal do Quadro do Magistério Público Municipal, de uma para outra Unidade será de competência do Secretário, observadas as necessidades do Ensino e respeitado o disposto neste Estatuto.

Art. 29 - Para o efeito de lotação na escola ou em outro órgão educacional o lugar do servidor é considerado vago, nos casos de remoção, mudança de lotação, exoneração e de licença para tratar de interesse particular e para acompanhar pessoa da família, ou em virtude de qualquer afastamento legal.

Parágrafo único - Cessada o afastamento, o servidor será designado para o órgão de origem, se houver vaga, garantida, em qualquer caso, sua permanência na localidade.

Art. 30 - Nenhuma lotação poderá ser efetuada em prejuízo do regime especial de trabalho, já atribuído a outro ocupante de cargo de magistério.

Art. 31 - Os Professores e Especialistas de Educação quando excedentes na unidade, serão remanejados em época oportuna dentro das necessidades do sistema.

§ 1º - Será remanejado primeiramente o Professor ou Especialista com menor tempo na Unidade Escolar, deferindo-se ao mais antigo o direito de permanência. Em caso de empate será considerada, prioritariamente a titulação acadêmica e secundariamente a idade cronológica.

§ 2º - Será considerado necessidade do ensino: 01 (um) Supervisor para cada 10 (dez) turmas e no máximo de 15 (quinze); 01 (um) Orientador para cada 20 (vinte) turmas e 01 (um) Vice Diretor a partir de 25 turmas.

§ 3º - Em caso do servidor recusar a lotação e remanejamento perderá automaticamente o direito ao cargo no Quadro do Magistério Público Municipal.

## **SEÇÃO II**

### **DA EDUCAÇÃO ESPECIAL**

Art. 32 - O servidor do Quadro Permanente do Magistério Municipal prestando serviço nos órgãos de Educação Especial ficará sujeito à regulamentação própria de acordo com a disposição do SEESP - MEC.

## **TÍTULO IV**

### **DO REGIME DE TRABALHO**

#### **CAPÍTULO I**

#### **DA JORNADA DE TRABALHO**

Art. 33 - Os integrantes do Quadro do Magistério Público Municipal, no exercício de suas funções específicas ficam sujeitas à jornada de trabalho de 24 (vinte e quatro) horas semanais, a qual poderá ser ampliada até 44 (quarenta e quatro) horas semanais, na falta de Professor concursado.



§ 1º - Os interessados na ampliação da jornada de trabalho deverão fazer inscrição na Secretaria Municipal de Capacitação e Valorização Humana.

§ 2º - O disposto neste artigo não se aplica ao Professor Médio do Quadro do Magistério ao qual poderão ser atribuídas até 44 (quarenta e quatro) horas aulas semanais, nas disciplinas em que possua habilitação legal.

§ 3º - Ao Professor Inicial, em regime de jornada de 24 (vinte e quatro) horas semanais, legalmente habilitado, poderão ser atribuídas aulas de Professor Médio até a realização do Concurso para preenchimento de vagas.

§ 4º - Ao Professor Inicial lotado em creche, será permitida uma jornada de trabalho de 30 (trinta) horas semanais, com vencimentos proporcionais;

§ 5º - Ao Professor Médio é assegurado uma jornada mínima de 18 (dezoito) horas semanais;

§ 6º - O Supervisor e o Orientador Educacional deverão cumprir uma jornada mínima de 30 (trinta) horas semanais.

Art. 34 - Aos integrantes do Quadro do Magistério Público Municipal lotados na zona rural ou em locais de difícil acesso onde não haja rede de transporte público, fica garantido o transporte ao seu local de trabalho.

## CAPÍTULO II

### SEÇÃO I

#### DA SUBSTITUIÇÃO

Art. 35 - Substituição é o cometimento a um ocupante de cargo do Magistério das atribuições que competiam a outro que se encontre ausente, sem perda de sua lotação na escola.

Art. 36 - A substituição do integrante do Quadro do Magistério Público Municipal, dar-se-á quando por motivo legal o servidor se afastar do cargo.

Art. 37 - O substituto terá remuneração correspondente à referência e grau do substituído.

Art. 38 - Para atendimento de natureza temporária superior a 30 dias de afastamento do servidor, a Secretaria Municipal de Capacitação e Valorização Humana poderá contratar substituto, de acordo com Art. 12, § 3º da Lei 3.312/97, respeitando a ordem de classificação do concurso, desde que não exista servidor qualificado para dobra de turno na unidade escolar.

## TÍTULO V

### DOS DIREITOS

#### CAPÍTULO I

##### DAS FÉRIAS

Art. 39 - O integrante do Quadro do Magistério Público Municipal gozará férias anualmente, sendo em 30 (trinta) dias consecutivos a partir do encerramento do segundo semestre letivo e recessos previstos no calendário escolar.

§ 1º - O integrante do Quadro do Magistério Público Municipal quando nomeado no decorrer do ano letivo, gozará de férias de acordo com o caput deste artigo, proporcional aos dias trabalhados.

§ 2º - O integrante do Quadro de Magistério Público Municipal em gozo de licença remunerada durante o período de férias escolares perderá o direito ao gozo das férias regulamentares.

§ 3º - Ao Especialista em Educação lotado no Setor Pedagógico da SMCVH, será dado o direito de parcelar suas férias.

#### CAPÍTULO II

##### DAS FÉRIAS-PRÊMIO

Art. 40 - Aplicam-se ao servidor do Quadro do Magistério Público Municipal, o que dispõe os artigos 72 ao 76, da Lei 1.920/92 e Lei Orgânica do Município de Lavras.

#### CAPÍTULO III

##### DAS LICENÇAS E CONCESSÕES

Art. 41 - O integrante do Quadro do Magistério Público Municipal terá direito a licença:

- I - Por acidente de serviço;
- II - Por enfermidade devidamente comprovada através de Laudo Médico, de acordo com lei municipal vigente;
- III - Para maternidade, até 120 (cento e vinte) dias;



- IV - Para casamento, até 07 (sete) dias;
- V - Por motivo de falecimento do cônjuge, filho, mãe, pai, ou irmão até 07 (sete) dias úteis;
- VI - Por prevenção de doença infecto-contagiosa quando gestante, de acordo com Laudo Médico, dentro da lei municipal vigente;
- VII - Para tratamento de saúde do pai ou mãe, caso se trate de filho único ou que comprovadamente resida com os pais e para cônjuge ou filho menor, sem direito à remuneração após o 5º (quinto) dia útil de licença.
- VIII - Por Paternidade até 07 (sete) dias;
- IX - Por Adoção, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Parágrafo Único - A licença de que trata o inciso VII deste artigo, somente será concedida se comprovada a necessidade do tratamento e a gravidade da moléstia.

Art. 42 - Após 05 (cinco) anos consecutivos de exercício no Magistério o integrante do Quadro terá direito a licença sem vencimentos para tratar de interesse particulares pelo prazo mínimo de três meses e máximo de dois anos.

§ 1º - A licença de que trata este artigo, deverá ser requerida com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias.

§ 2º - Retornando da licença de que trata este artigo, deverá o integrante do Quadro do Magistério Público Municipal ser lotado, preferencialmente, em seu lugar de origem ou onde houver vaga.

§ 3º - Retornando da licença o integrante do Quadro do Magistério Público Municipal, só poderá requerer nova licença após 03 (três) anos de efetivo exercício.

#### **CAPÍTULO IV**

### **DOS VENCIMENTOS, DA REMUNERAÇÃO E DAS VANTAGENS**

#### **SEÇÃO I**

#### **DO VENCIMENTO E DA REMUNERAÇÃO**

Art. 43 - Os vencimentos são a retribuição pecuniária mensal pelo exercício regular do cargo público ou função pública, com valor fixado em lei.



Art. 44 - Remuneração é o vencimento do cargo acrescido das vantagens pecuniárias, permanentes ou temporárias, estabelecidas em lei.

Art. 45 - O cálculo do salário base do Professor Médio obedecerá o número de aulas lecionadas na disciplina no mínimo de 18 horas/aula semanais, o excedente será pago ao Professor Médio em hora/aula, calculado proporcional ao salário inicial da Classe.

§ 1º - Quando a carga horária não alcançar o mínimo de 18 horas/aulas semanais, o Professor Médio deverá complementar em atividades em sua área de especialidade, dentro das necessidades do sistema.

§ 2º - O Supervisor Pedagógico e o Orientador Educacional cumprirá uma jornada mínima semanal de 30 horas, na Unidade onde estiver lotado.

Art. 46 - O percentual de reajuste salarial dos servidores do Quadro Permanente e Comissionados do Magistério Público Municipal, será o mesmo concedido aos demais servidores do Município.

## SEÇÃO II

### DAS COMISSÕES E ADICIONAIS

Art. 47 - O Pessoal do Quadro do Magistério Público Municipal, após 05 (cinco) anos de efetivo exercício, fará jus à percepção de 10% (dez por cento), a título de adicional por tempo de serviço sobre o seu vencimento (quinqüênio).

Art. 48 - Os adicionais por Tempo de Serviço, Trientenário, serão de conformidade com o que dispõe a Lei 1.920/92 - Estatuto do Servidor Público do Município de Lavras.

## CAPÍTULO V

### DA APOSENTADORIA

Art. 49 - Para efeito de aposentadoria, o tempo de efetivo exercício no magistério será contado proporcionalmente.

Art. 50 - Para fins de aposentadoria o integrante do Quadro do Magistério Público Municipal terá o mesmo benefício do Estatuto do Servidor Público do Município de Lavras (Lei 1.920/92), dentro da Legislação em vigor.



Art. 55 - Em caso de exoneração de Diretor e Vice Diretor da Unidade escolar será apresentada lista tríplice, 15 dias após exoneração, para nova escolha.

Parágrafo único - Ao Vice Diretor que assumir a Direção caberá os mesmos direitos e vantagens do Diretor.

## TÍTULO VII

### DO REGIME DISCIPLINAR

Art. 56 - Os integrantes do Quadro do Magistério Público Municipal estarão sujeitos ao regime disciplinar previsto na Lei 1.920/92 - Estatuto do Servidor Público do Município de Lavras.

Art. 57 - Constituem deveres do pessoal integrante do Quadro do magistério Público Municipal, todas as atribuições inerentes ao pleno exercício do cargo, obedecendo os princípios do Código de Ética Profissional.

Art. 58 - Constituem transgressões passíveis de penalidade para os integrantes do Quadro do Magistério Público Municipal qualquer transgressão prevista no artigo anterior e:

I - A ação ou omissão que acarretar qualquer prejuízo físico, moral ou intelectual especificamente no seu local de trabalho, ou em relação direta com as funções do cargo;

II - A imposição de castigo físico ou humilhante ao aluno;

III - A ação que resulte em ato deseducativo;

IV - A prática de discriminação em virtude de raça, condição social, intelectual, sexo, credo, convicção política e ideológica.

Parágrafo único - As penalidades previstas pelas transgressões deste artigo são as previstas na Lei 1.920/92 - Estatuto do Servidor Público do Município de Lavras e leis pertinentes.

Art. 59 - Compete ao Secretário Municipal de Capacitação e Valorização Humana a aplicação de penalidades.

§ 1º - O Secretário Municipal de Capacitação e Valorização Humana poderá delegar aos Diretores e Coordenadores de Unidades Escolares, competência para imposição de pena e advertência.

§ 2º - As penalidades serão aplicadas na forma da Lei 1.920/92 - Estatuto do Servidor Público do Município de Lavras.

## TÍTULO VIII

### PLANO DE CARGOS E VENCIMENTOS

#### CAPÍTULO I

#### RELAÇÃO DE TRABALHO E POLÍTICA DE PESSOAL SEÇÃO I

#### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 60 - A relação de trabalho e a administração da política de pessoal do Quadro do Magistério do Município de Lavras, serão regidas pela lei que instituiu o Regime Jurídico único, e por esta lei.

#### SEÇÃO II

#### DEFINIÇÕES

Art. 61 - Para os fins desta Lei considera-se ainda:


I - FUNÇÃO: atribuição, competência e responsabilidade conferidas eventual ou provisoriamente ao servidor;

II - QUADRO EFETIVO: relação classificada e quantificada dos cargos públicos subdivididos em níveis;

III - QUADRO COMISSIONADO: relação quantificada dos cargos públicos de assessoramento e chefia;

IV - ÓRGÃO: unidade administrativa que responde, na Estrutura Orgânica da Administração Pública, por determinado conjunto de atividades e atribuições;

V - PROVIMENTO: ato administrativo pelo qual são preenchidos os cargos do Quadro Efetivo, por investidura ou promoção, e do quadro comissionado por recrutamento amplo.



VI - ENQUADRAMENTO: ato administrativo que enquadra os servidores nos cargos públicos ou funções públicas criados por lei;

VII - PROGRESSÃO: é a elevação do vencimento do servidor ao símbolo imediatamente superior, na mesma classe, cargo e nível;

VIII - PROMOÇÃO: é a elevação do servidor para nível vago e símbolo imediatamente superiores, no mesmo cargo e classe, mediante processo seletivo interno;

IX - TABELA DE VENCIMENTOS: é o quadro, dividido em classes e níveis, que contém todos os símbolos e seus respectivos vencimentos;

## CAPÍTULO II

### SERVIDORES MUNICIPAIS

#### SEÇÃO I

#### QUADROS DE PESSOAL

Art. 62 - O Quadro Efetivo do Magistério Público do Município de Lavras, de provimento por concurso público, é composto de três classes de cargos públicos, essas subdivididas em três níveis e o respectivo número de vagas, conforme disposto nos anexos III, IV, V, e VI desta Lei.

#### SEÇÃO II

#### PESSOAL COMISSIONADO

Art. 63 - As admissões em cargos do Quadro Comissionado, são de recrutamento amplo, de livre escolha, nomeação e exoneração pelo Chefe do Executivo, dando-se o seu recrutamento a nível interno ou externo à Administração Pública Municipal.

Parágrafo Único - Os cargos comissionados serão preenchidos nos termos desta Lei.

#### SEÇÃO III

## TRABALHO TEMPORÁRIO

Art. 64 - Para atendimento a trabalhos temporários em vista das necessidades criadas pela expansão do sistema, poderão ter acesso ao serviço público, pessoas destinadas ao desempenho da função, em conformidade com a CLT - Consolidação das Leis do Trabalho, respeitada a legislação específica em vigor.

§ 1º - Consideram-se necessidades temporárias para fins deste artigo:

- I - Implantação do serviço urgente inadiável;
- II - Execução de serviço absolutamente transitório e esporádico;
- III - Contratação temporária para substituição.

§ 2º - As admissões a que se refere os incisos I e II, serão feitas observando-se prazo determinado e compatível com cada situação, até o máximo de 12 meses, e para o caso especificado no inciso III, serão feitas com duração até a cessação do evento que lhes houver dado a causa.

§ 3º - O servidor ocupante de função pública temporária ou eventual, só fará jus aos aumentos e reajustes legais de vencimentos, não gozando das demais vantagens fixadas nesta Lei ou nos Estatutos, com a única exceção ao professor inicial em efetivo exercício de regência de classe.

## SEÇÃO IV

### GRATIFICAÇÃO

Art. 65 - Gratificação é o valor pago eventualmente ao Professor Inicial regente de turma, e incidirá sobre o salário inicial, da Classe.

§ 1º - A gratificação que trata este artigo será determinada por Portaria do Chefe do Executivo, não incorporará aos vencimentos e será paga nos seguintes percentuais,:

- 20% - regência efetiva de uma turma de alunos (pó de giz);
- 10% - realização de atividades extra classe com alunos;
- 10% - recuperação e assistência ao aluno em horário extra-turno.
- 10% - preparação de aulas e recursos didáticos.

§ 2º - A gratificação somente poderá ser solicitada ao Secretário de Administração, pelo Secretário de Capacitação e Valorização Humana.



**PROGRESSÃO E PROMOÇÃO**  
**SEÇÃO I**

**PROGRESSÃO**

Art. 66 - A progressão de vencimento é a elevação do servidor ao símbolo imediatamente superior da classe, no mesmo nível de cargo ou função e não dependerá de vagas.

Parágrafo único - O servidor, ao atingir o último símbolo, de vencimentos, terá direito somente aos reajustes legais.

Art. 67 - A progressão de vencimento será concedida por tempo, de serviço bienalmente, através de Portaria do Executivo

**SEÇÃO II**

**PROMOÇÃO**

Art. 68 - A promoção é a elevação do servidor para nível e símbolo imediatamente superiores, no mesmo cargo e classe, mediante processo seletivo interno.

Parágrafo único - O servidor, para candidatar-se à promoção deverá comprovar os seguintes requisitos:

I - ter completado, até o final do mês que anteceder àquele em que a promoção deva ter lugar, o seguinte:

a) o mínimo de 07 (sete) anos de efetivo exercício no cargo, pertencente ao Quadro Permanente do Magistério Público Municipal, para promoção do Nível I para Nível II,

b) a) o mínimo de 14 (quatorze) anos de efetivo exercício no cargo, pertencente ao Quadro Permanente do Magistério Público Municipal, para promoção do Nível II para Nível III.

II - não ter sofrido punições nos seis meses anteriores à publicação do ato homologatório do tempo de serviço e até a divulgação do resultado dos exames de seleção.

Art. 69 - Havendo empate entre dois ou mais servidores nos exames de seleção, tem preferência, sucessivamente:

- I - o mais antigo no exercício do nível de cargo;
- II - o de maior titulação;
- III - o mais idoso.

Art. 70 - Não terá direito a promoção o integrante do Quadro do Magistério Público Municipal que:

I - Deixar de comprovar qualquer dos incisos do parágrafo único do artigo 68;

I - Deixar de apresentar pelo menos 01 (um) título de atualização, com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas;

II - Houver sofrido pena de suspensão nos últimos 12 (doze) meses ou advertência escrita nos últimos 06 (seis) meses;

III - Houver se licenciado sem vencimentos, sendo o interstício para promoção contado a partir do seu retorno.

IV - Aqueles em desvio de função por mais de 01 (um) ano.

Art. 71 - A Secretaria Municipal de Capacitação e Valorização Humana nomeará uma Comissão de 04 (quatro) profissionais do Quadro do Magistério Público Municipal para avaliar a Promoção, coordenada por um dos seus membros, para contagem de pontos.

§ 1º - A listagem dos promovidos será afixada na Secretaria Municipal de Capacitação e Valorização Humana e os interessados terão prazo de 03 (três) dias corridos para interposição de recursos junto ao Secretário M. de Capacitação e Valorização Humana.

§ 2º - Vencido o prazo para recursos, os mesmos serão julgados e, se for o caso, a Comissão elaborará nova lista, não sendo admitidos novos recursos.

Art. 72 - Os recursos serão analisados pela Comissão estabelecida no artigo 71, presidida pelo Secretário M. de Capacitação e Valorização Humana.

Art. 73 - Serão considerados promovidos os candidatos que obtiverem no mínimo 100 (cem) pontos na somatória dos critérios estabelecidos para a Promoção.

Art. 74 - A contagem dos pontos será feita considerando os itens indicados no Anexo II.

Art. 75 - Para avaliação dos títulos serão considerados os seguintes aspectos:



- a) Os títulos aceitos em uma promoção não poderão ser usados em outra similar;
- b) Somente serão aceitos títulos emitidos até o mês anterior à promoção;
- c) Quando o Curso for pré-requisito para admissão ao cargo, o título não será considerado;
- d) Não serão considerados títulos aqueles que não indiquem expressamente a carga horária cumprida;
- e) Não serão considerados os títulos de participação em encontros, debates, palestras ou outros de mesma natureza.
- f) Somente serão considerados diplomas e certificados outorgados por entidades legalmente reconhecidas pela autoridade competente.

Art. 76 - Para a verificação da assiduidade serão considerados as situações existentes dos 02 (dois) anos anteriores ao da Promoção, respeitando o limite estabelecido no Anexo II.

Parágrafo Único - Para efeito de comprovação da assiduidade não serão considerados as faltas justificadas.

Art. 77 - Os pontos relativos à avaliação do desempenho prevista no Anexo II, serão atribuídos:

- a) Pelo Diretor, Supervisor e/ou Coordenador, em se tratando de professor do Ensino Fundamental e Educação Infantil;
- b) Pelo Coordenador da Unidade, um Professor da Unidade e um Especialista da Secretaria Municipal de Capacitação e Valorização Humana, em se tratando de Docentes lotados na Unidade;
- c) Pelo Diretor e Comissão de 03 (três) professores escolhidos através de sorteio, em se tratando de Supervisor e Orientador.
- d) Pelo Especialista da SMVCH e Comissão de 03 (três) professores escolhidos através de sorteio em se tratando de Coordenador.
- e) Pelo Supervisor, Orientador e Professores pertencentes ao Conselho de Escola em se tratando de Diretor.

Parágrafo Único - Quando da ausência de um dos avaliadores a avaliação de que trata o "Caput" deste artigo, será realizada pelos demais integrantes da Comissão.

Art. 78 - O integrante do Quadro do Magistério Público Municipal, que for convocado a ocupar cargo em Comissão no Município, não sofrerá quaisquer prejuízos na contagem de tempo de serviço no que se refere à promoção, no cargo de origem.

## TÍTULO IX

### DISPOSIÇÕES FINAIS

#### CAPÍTULO I

##### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 79 - Aplicam-se ao pessoal do Magistério, em sua íntegra, as demais disposições contidas no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Lavras.

Art. 80 - Fica criado no Quadro Efetivo e Comissionado, os cargos públicos que compõem esta Lei em acordo com seus anexos, bem como as funções públicas correspondentes.

Art. 81 - Fica vedado a partir da promulgação desta Lei, ceder pessoal do Quadro do Magistério Público Municipal para entidades de direito privado.

Parágrafo único - O ocupante do Quadro do Magistério Público Municipal em desvio de função há menos de 05 (cinco) anos contados a partir da promulgação desta Lei, deverá retornar no prazo máximo de 30 (trinta) dias ao seu cargo de origem.

Art. 82 - A Superintendência de Ensino e Coordenação Pedagógica pertencerá ao Quadro Comissionado do Magistério, e será exigido a mesma graduação do Diretor.

Art. 83 - Os integrantes do Quadro do Magistério Público Municipal serão reenquadrados dentro dos parâmetros desta Lei e Resolução nº03/97, garantindo-lhes as vantagens já adquiridas, através de Decreto do Executivo.

Art. 84 - Fica extinto do Quadro Comissionado da Lei nº2.312/97, uma vaga do cargo de Superintendente, duas vagas do cargo de Coordenador, três vagas do cargo de Chefe de Divisão e uma vaga do cargo de Chefe de Setor.

Art. 85 - Os ocupantes dos cargos da Lei nº2.044/93 serão enquadrados através de Decreto do Executivo, como Professor Médio, obedecendo símbolo e nível, no valor superior que mais se aproxime dele.

Art. 86 - Fazem parte integrante desta Lei os seguintes anexos, estabelecendo respectivamente;

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
GABINETE DO PREFEITO

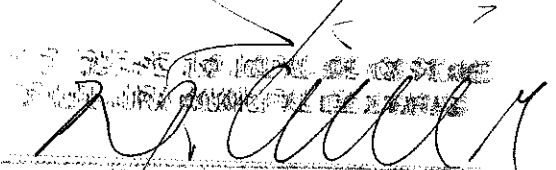
- I - HABILITAÇÕES EXIGIDAS PARA O EXERCÍCIO DO CARGO;
- II - AVALIAÇÃO DO SERVIDOR;
- III - QUADRO EFETIVO - CLASSE 01;
- IV - QUADRO EFETIVO - CLASSE 02;
- V - QUADRO EFETIVO - CLASSE 03;
- VI - QUADRO COMISSIONADO;
- VII - TABELA DE VENCIMENTOS DO QUADRO EFETIVO;
- VIII - TABELA DE VENCIMENTOS DO QUADRO COMISSIONADO.

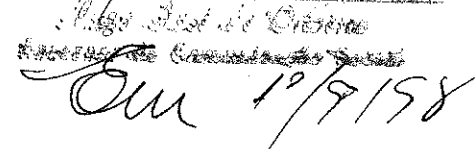
Art. 87 - Revogam-se as disposições em contrário, em especial, a Lei nº1.921/92 (Estatuto do Magistério), Lei nº2.044/93; itens 02, 03, 04 e 06 do art. 1º e art. 3º da Lei nº2.386 e Lei nº2.422/98.

Art. 88 - Esta Lei entrará em vigor a partir de 30 dias após a sua publicação.

Prefeitura Municipal de Lavras, em 20 de julho de 1.998.

  
Dr. JOÃO BATISTA SOARES DA SILVA  
Prefeito Municipal

  
SECRETÁRIO MUNICIPAL

  
Em 1º/9/98

**ANEXO I**

**HABILITAÇÕES EXIGIDAS PARA EXERCÍCIO NO MAGISTÉRIO**

(De acordo com a Resolução de nº 3 - D.O.U. 13/10/97)

1 - O exercício da docência na carreira do magistério exige como qualificação mínima:

I - Ensino médio completo, na modalidade normal, para a docência na Educação Infantil e nas quatro primeiras séries do Ensino Fundamental.

II - Ensino superior em curso de licenciatura, de graduação plena, com habilitações específicas em área própria, para a docência nas séries finais do Ensino Fundamental.

III - Formação superior em área correspondente e complementação nos termos da legislação vigente, para a docência em áreas específicas das séries finais do Ensino Fundamental.

2 - O exercício das demais atividades do Magistério, direção, supervisão, orientação educacional e coordenação de unidade educacional, exige como qualificação mínima a graduação plena em Pedagogia, habilitação na área específica apropriada, (supervisão, administração, orientação) e/ou Pós Graduação, nos termos desta lei, e do artigo 64 da Lei nº9.394, de 20/12/96.



**ANEXO II**

**AVALIAÇÃO DO SERVIDOR**

Para efeitos de promoção e progressão funcional na carreira do magistério, a avaliação a que se refere o artigo 74, deverá obedecer aos seguintes critérios:

**I - Avaliação da Assiduidade e Pontualidade**

**Assiduidade:**

- 0 (zero) ou 01 (uma) falta.....20 pontos
- de 02 (duas) a 04 (quatro) faltas.....15 pontos
- de 05 (cinco) a 08 (oito) faltas.....10 pontos
- acima de 08 (oito) faltas..... nenhum ponto

**Pontualidade:**

Soma dos atrasos e saídas, à razão de uma (01) falta para cada 04 (quatro) horas fora do trabalho, acrescentando-se o total à computação da assiduidade.

Máximo de pontuação nesse item - 20

**II - Avaliação do Desempenho**

Soma dos pontos alocados pela comissão, numa escala de 1 (um), o mínimo observado, e 10 (dez), o máximo desejável, nos seguintes quesitos:

- 1- Faz, apresenta e cumpre plano de trabalho;
- 2 - Mantém atualizados os registros apropriados à tarefa de seu cargo;
- 3 - Escolhe conteúdo e temas apropriados ao grupo sob sua responsabilidade;
- 4- Integra efetivamente conhecimentos, conteúdos, atividades e ações no trabalho diário;
- 5 - Emprega variedade de recursos pedagógico-educativos;
- 6 - Cria, constrói, elabora material didático relevante ao desempenho de seu trabalho;
- 7 - Organiza e distribui efetivamente tarefas no grupo;
- 8 - Revela entusiasmo pelo trabalho;
- 9 - Participa efetivamente das atividades da escola;
- 10-Relaciona-se bem na equipe, contribui, colabora;
- 11-Assume responsabilidades e cumpre efetivamente as tarefas assumidas;
- 12-Estimula o crescimento profissional da equipe;
- 13-Mantém boas relações de trabalho com a comunidade dentro e fora da escola;
- 14-Demonstra por ações interesse em melhorar a área da Educação;
- 15-Revela nível de qualidade acima da média no desempenho de suas funções.

Mínimo de pontuação possível - 15 pontos

Máximo de pontuação possível - 150 pontos

**III - Avaliação de Títulos**

- Cursos de Atualização e/ou Capacitação de pelo menos 40 (quarenta) horas aula - 01 (um) ponto por título apresentado.
- Cursos de Aperfeiçoamento de pelo menos 80 (oitenta) horas aula - 10 (dez) pontos por título apresentado.
- Cursos de Aperfeiçoamento com mais de 81 (oitenta e uma) horas aula - 20 (vinte) pontos por título apresentado.

Títulos apresentados em cursos onde o Servidor atuou como docente terão o dobro de pontuação.

Não há limites para avaliação de títulos, desde que observadas as condições de validade explicitadas no corpo desta Lei.



ANEXO III

QUADRO EFETIVO	
CLASSE 01 - DOCENTES	
CARGO OU FUNÇÃO PÚBLICA	NÚMERO DE VAGAS
PROFESSOR INICIAL.....	200

1/5

ANEXO IV

QUADRO EFETIVO	
CLASSE 02 - DOCENTES	
CARGO OU FUNÇÃO PÚBLICA	NÚMERO DE VAGAS
PROFESSOR MÉDIO.....	100




ANEXO V

QUADRO EFETIVO	
CLASSE 03 - ESPECIALISTAS	
CARGO OU FUNÇÃO PÚBLICA	NÚMERO DE VAGAS
SUPERVISOR PEDAGÓGICO.....	20
ORIENTADOR EDUCACIONAL.....	05



ANEXO VI

QUADRO COMISSIONADO		
CARGO OU FUNÇÃO PÚBLICA	Nº VAGAS	SÍMBOLO
DIRETOR DE ESCOLA.....	09	C-1
SUPERINTENDENTE DE ENSINO E COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA.....	01	C-1
VICE DIRETOR.....	04	C-2
COORDENADOR DE UNIDADE EDUCACIONAL..	08	C-2
COORDENADOR DE ENSINO	02	C-2
ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO	05	C-3



ESTADO DE MINAS GERAIS  
GABINETE DO PREFEITO

ANEXO VII

TABELA DE VENCIMENTOS DO QUADRO EFETIVO

	CLASSE 01			CLASSE 02			CLASSE 03		
SIMB	N-I	N-II	N-III	N-I	N-II	N-III	N-I	N-II	N-III
E-01	246.00	*****	*****	363.00	*****	*****	447.00	*****	*****
E-02	261.00	275.00	*****	383.00	408.00	*****	477.00	504.00	*****
E-03	275.00	293.00	310.00	408.00	430.00	457.00	504.00	534.00	567.00
E-04	293.00	310.00	327.00	430.00	457.00	484.00	534.00	567.00	600.00
E-05	310.00	327.00	348.00	457.00	484.00	514.00	567.00	600.00	636.00
E-06	327.00	348.00	367.00	484.00	514.00	543.00	600.00	636.00	674.00
E-07	348.00	367.00	390.00	514.00	543.00	575.00	636.00	674.00	715.00
E-08	367.00	390.00	413.00	543.00	575.00	611.00	674.00	715.00	758.00
E-09	390.00	413.00	438.00	575.00	611.00	646.00	715.00	758.00	802.00
E-10	413.00	439.00	464.00	611.00	646.00	684.00	758.00	802.00	850.00
E-11	439.00	464.00	491.00	646.00	684.00	725.00	802.00	850.00	901.00
E-12	464.00	491.00	522.00	684.00	725.00	768.00	850.00	901.00	955.00
E-13	491.00	522.00	552.00	725.00	768.00	815.00	901.00	955.00	1013.00
E-14	522.00	552.00	584.00	768.00	815.00	863.00	955.00	1013.00	1072.00
E-15	552.00	584.00	619.00	815.00	863.00	912.00	1013.00	1072.00	1137.00
E-16	584.00	619.99	656.00	863.00	912.00	971.00	1072.00	1137.00	1206.00
E-17	619.00	656.00	696.00	912.00	971.00	1026.00	1137.00	1206.00	1277.00
E-18	656.00	696.00	737.00	971.00	1026.00	1089.00	1206.00	1277.00	1352.00
E-19	696.00	737.00	782.00	1026.00	1089.00	1156.00	1277.00	1352.00	1435.00
E-20	737.00	782.00	829.00	1089.00	1156.00	1224.00	1352.00	1435.00	1519.00

ANEXO VIII

TABELA DE VENCIMENTOS DO QUADRO COMISSIONADO

SÍMBOLO	VALOR R\$
C-1	1.128,00
C-2	720,00
C-3	520,00

